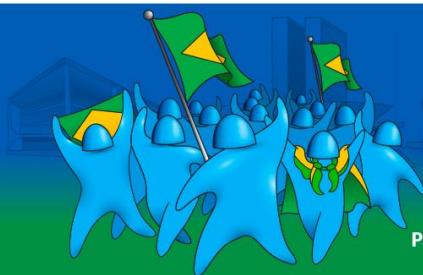


**XVIII De 25 a 28/5/2015**  
**MARCHA**  
**A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**



Pacto Federativo: Esperança de vida aos Municípios

## **CARTA**

### ***XVIII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS***

Cerca de oito mil municipalistas – liderados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) – reuniram-se em Brasília para a realização da *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios* e apresentaram ao Poder Executivo Federal, ao Poder Judiciário e ao Congresso Nacional suas reivindicações, que nesse momento estão agravadas pela situação econômica do país e, em especial, pelo ajuste fiscal do governo federal, que impacta diretamente nos serviços públicos básicos prestados aos brasileiros.

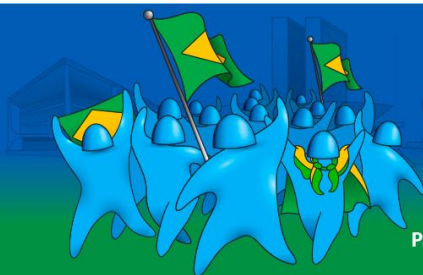
Nesta Marcha, a CNM empossou sua nova diretoria, a qual terá como missão dirigir os rumos do municipalismo brasileiro no triênio 2015-2018.

Foi promovido o debate com os partidos políticos brasileiros sobre a Reforma Política, tão necessária ao nosso país; nele foi exposta a posição dos prefeitos em relação às diversas propostas em discussão, posição esta colhida por meio de pesquisa realizada junto a todos os Municípios brasileiros, a qual embasou o posicionamento da CNM sobre temas como coincidência e duração de mandatos, financiamento de campanhas, reeleição e sistema eleitoral.

Realizou-se uma verdadeira sessão do Congresso Nacional na Marcha com a presença dos presidentes das duas casas legislativas, dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o presidente e o relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, além de centenas de parlamentares. Nessa sessão, os parlamentares reconheceram a necessidade de se estabelecer um novo patamar para as relações federativas de nosso país, mais justo e equilibrado, e apresentaram o relatório prévio da comissão especial que contemplou nove (9) reivindicações da CNM:

- extinção da incidência do Pasep nas transferências para Estados e Municípios;
- aumento da parcela do IPI-Exportação de 10% para 12%;
- aumento do FPE de 21,5% para 22,5%;
- alteração do peso do VAF (Valor Adicionado Fiscal) de 75% para 50% na composição do índice de retorno do ICMS;
- destinação de recursos da União diferenciados para as regiões Centro-Oeste e Nordeste;

**XVIII De 25 a 28/5/2015**  
**MARCHA**  
**A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**



Pacto Federativo: Esperança de vida aos Municípios

- liberação de Depósitos Judiciais para utilização de Estados e Municípios;
- permissão para que Estados e Municípios possam cobrar as operadoras de planos de saúde;
- prorrogação do prazo do encerramento dos lixões; e
- retirada da restrição do Cauc para que o consórcio possa receber recursos, caso algum Município esteja com pendências.

Além disso, os parlamentares assumiram compromisso com a pauta legislativa dos Municípios, composta por 17 iniciativas anexas a esta carta, em especial com o novo ISS, o mecanismo de reajuste dos programas federais, o FPM anticíclico e a vedação de se criar despesas sem a clara fonte de recursos, bem como o compromisso de dar apoio para que o STF julgue logo os *royalties* de petróleo.

Outro ponto alto da Marcha foi a mesa federativa – composta por governadores de Estado, presidentes das entidades municipalistas e pelo representante do governo federal –, na qual os Estados demonstraram o alinhamento com as propostas municipalistas para a construção de um novo pacto federativo.

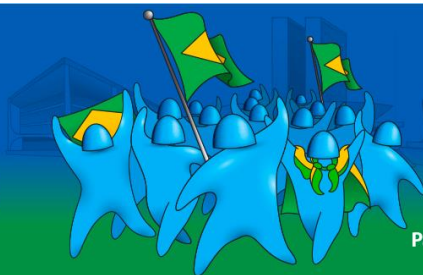
Os ministros da saúde, da integração nacional e do meio ambiente também apresentaram os programas de suas pastas de interesse dos Municípios e responderam aos questionamentos dos municipalistas presentes.

O legislativo local também foi valorizado por meio do debate sobre o papel dele com a participação das entidades nacionais de representação dos vereadores e também com os representantes das assembleias legislativas, os quais homologaram a necessidade de união entre os legislativos e os executivos locais para evoluirmos ainda mais com as conquistas do movimento municipalista, que representa também os anseios dos governos estaduais.

Brasília, 28 de maio de 2015.

Paulo Ziulkoski  
Presidente da CNM

**XVIII De 25 a 28/5/2015**  
**MARCHA**  
**A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**



Pacto Federativo: Esperança de vida aos Municípios

CARTA DA XVIII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

ANEXO

1. Alteração na lei dos consórcios públicos – retirada da restrição do Cauç e regulamentação da contratação dos servidores
2. FPM (anticíclico/volátil) – organiza a redistribuição do FPM de forma a impedir oscilações no repasse de acordo com as quedas de arrecadação, estabelecendo uma reposição em épocas de desaceleração econômica
3. Representação dos Municípios no Confaz – inclusão de uma representação dos Municípios no Conselho Nacional de Política Fazendária, pois os Municípios detêm 25% da arrecadação total do ICMS
4. Atualização da planta genérica de valores (IPTU) – criação de uma obrigação para que os gestores municipais a cada início de mandato tenham que atualizar os valores da planta genérica de valores para a cobrança do IPTU
5. Extinção do Pasep nas receitas municipais – extinção da incidência do Pasep sobre as transferências de recursos para os Municípios
6. Não-cobrança das contribuições sociais e Cide dos Municípios – reafirmar os preceitos determinados na Constituição Federal e colocar em prática a imunidade tributária entre os Entes da Federação
7. Imunidade tributária na aquisição de bens e serviços – reafirmar a imunidade tributária para que não incidam os impostos sobre os bens e serviços adquiridos pelo Poder Público Municipal
8. Atualização dos programas federais pelo INPC – que o governo federal corrija no mínimo pelo índice de inflação os repasses para a execução dos programas federais e estipula um prazo de cinco anos para pagamento do passivo.
9. Encontro de contas das dívidas previdenciárias – que o governo federal promova o encontro de contas das dívidas previdenciárias
10. Autonomia Municipal I – pretende proibir que o Congresso Nacional aprove a geração de despesas no âmbito municipal sem indicar claramente a fonte de receita para o pagamento desta despesa
11. Autonomia Municipal II – pretende impedir a criação de pisos nacionais de categorias profissionais que interfiram na autonomia municipal

**XVIII De 25 a 28/5/2015**  
**MARCHA**  
**A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS**



Pacto Federativo: Esperança de vida aos Municípios

12. Autonomia Municipal III – inclusão da Confederação Nacional de Municípios (CNM) como uma das entidades que poderiam propor ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) no supremo tribunal federal (STF)
13. Autonomia Municipal IV – pretende proibir que os Municípios tenham que incluir em seus quadros permanentes os servidores que executem as atividades exclusivas dos programas federais e estaduais
14. Autonomia Municipal V – pretende desobrigar os Municípios com população inferior a 20 mil habitantes a ter a mesma estrutura organizacional do governo federal e Municípios maiores
15. Piso Salarial do Magistério – pretende que a União repasse os valores que extrapolem os 60% do Fundeb para o pagamento do pessoal ativo do magistério em consequência do piso nacional quando atestado pelo Tribunal de Contas dos Municípios e ou do Estado
16. Justiça Fiscal – redução do VAF na composição do índice de retorno do ICMS para descentralizar os recursos
17. Gastos em Saúde – pretende que a União complemente os valores que os Municípios gastam a mais do que determina a Constituição Federal